



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1
2
3
4

ATA DA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ

Aprovada na 84ª R.O. CERHI-RJ, em 11/12/2018

5 Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, no auditório do INEA/SEA, na Av.
6 Venezuela nº 110, 6º andar, Saúde, RJ, com início previsto as 13:30h, realizou-se a 83ª Reunião Ordinária do
7 Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ e contou com a presença dos(as) senhores(as): **Titular** -
8 Lívia Romano (SEA), Moema Versiani (INEA), Fernando David de Souza (Substituto - DRM-RJ), Daniela Vidal
9 Vasconcelos (Prefeitura Municipal de Volta Redonda), Joiciara Maia (Prefeitura Municipal de São João da
10 Barra), Mayná C. Morais (CEDAE), Felipe Baida (Substituto - Grupo Águas do Brasil), Abílio de Souza Faia
11 (FIRJAN), Cesar Bassi Costa (Eletrobras Eletronuclear), Maria Aparecida Pimentel Vargas (ABRAGEL), Vinicius
12 Crespo (Fecomércio), Zenilson Coutinho (ASFLUCAN), Wladimir Loureiro (Substituto - APEDEMA), Flávia
13 Lanari Coelho (APALMA), José Miguel da Silva (Ecocidade Cidade), Alexandre A. de Souza (AHOMAR), Carlos
14 Eduardo Martins de Souza (ACAMPAR), José Paulo Soares de Azevedo (COPPE/UFRJ), Friedrich Wilhelm
15 Herms (UERJ), Humberto Albuquerque (ABAS), José Alfredo C. Sertã (ABES), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPS),
16 Affonso Henrique Albuquerque (CBH MACAÉ) e Marcos Sant'Anna Lacerda (CBH BG); **Suplente** - Giselle de Sá
17 Muniz (SEA), Wallace Serafim Pavão (SEA), João Alberto Antunes Ribeiro (Prefeitura Municipal de Cachoeiras
18 de Macacu), Amanda Mendes Bulhões (Substituto - Prolagos S. A.), Raphael Carlos Corte Fassy (Águas do
19 Paraíba), Maicon A. R. Carvalho (SindPesca RJ), Markus S. W. Budzynkz (ADEFIMPA-RJ), Maria Eduarda
20 Ribeiro Silva (NEA-BC), Eloisa Elena Torres (Instituto Baía de Guanabara), Miguel Fontes de Souza (Instituto
21 Ambiental Conservacionista 5º Elemento), João Gomes de Siqueira (UENF), François Lopes Alves (IBDA),
22 Arnaldo Villa Nova (CBH LSJ) e Lícius de Sá Freire (CBH R2R); **Ausência Justificada** - Elaine Cristina C. Fidalgo
23 (Embrapa Solos), Eliane Barbosa (SEA), Edson Falcão (INEA), Anna Gayoso (PGE), Marina Bez (FIPERJ), Laize
24 Rafaelle A. Santos (Prefeitura Municipal de Sapucaia), Alessandra Seródio (FAERJ), Daniele G. Nunes (IFRJ),
25 Rafaela Facchetti (CBH PIABANHA), Décio Tubbs Filho (CBH GUANDU) e Eduardo S. R. Dantas (CEIVAP);
26 **Ausências** - Adriana de Fátima R. Lustosa da Costa (Ministério do Meio Ambiente), Sildecir Alves Ribeiro
27 (Prefeitura Municipal de Itaocara), Helan A. Cardozo (Prefeitura Municipal de Silva Jardim), José Gomes
28 Barbosa Júnior (LIGHT ENERGIA), Rolf Dieringer (Sindicato dos Produtores Rurais de Cachoeiras de Macacu),
29 Carlos V. N. Tavares (APROMEPS), Yara Valverde (CI), Hilário de Magalhães Santos (CBH BPSI) e Gustavo
30 Martins Machado (CBH BIG); **Convidados** - Stephani Brunelti (Agris), Amabile Ferreira (CILSJ), André Bohrer
31 (AGEVAP – UD3), Jocimar Coelito Lima (AMAE – Cachoeiras de Macacu), Cláudia Magalhães (CILSJ), André
32 Marques (AGEVAP), Aline Lázaro (NEA-BC), Márcia Chaves (SUBSEGH/SEA), Magno Neves (Ahomar), Tatiane
33 Araujo (SUBSEGH/SEA), Samuel Muylaert (SUBSEGH/SEA), Adelfran Lacerda de Matos (AGEVAP), Ivan Sá Earp
34 (FIRJAN), Marcelo Abraira Crespi (SUBSEGH/SEA), José Alexandre Maximino (MPRJ-GAEMA) e João Marcelo
35 Gaio Souza (PGE/RJ). **Assessoria administrativa da Secretaria Executiva CERHI-RJ:** Adriana Pizão, Alexandre
36 Spindola, Bárbara Santos (estagiária) e José Lucas Andrade (estagiário). Após verificação de quórum a
37 reunião teve início às 13h58min com a seguinte pauta: **1.** Aprovação da pauta; **2.** Aprovação das minutas da
38 27ª R.E. CERHI-RJ e 82ª R.O. CERHI-RJ, de 15/08/2018; **3.** Apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ que
39 dispõe sobre critérios de distribuição dos recursos da compensação financeira pelo uso da água para geração
40 de energia elétrica para os contratos de gestão com Entidades Delegatárias de funções de agência de água
41 para o ano de 2019; **4.** Apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ, que dispõe sobre a atualização do
42 Preço Público Unitário – PPU da metodologia de cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Região
43 Hidrográfica VIII – Comitê Macaé e das Ostras (Ref. Res. CBH MACAÉ nº 84/2018); **5.** Apreciação da minuta
44 de Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário – PPU da metodologia da
45 cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Região Hidrográfica III - Comitê Médio Paraíba do Sul (Ref. Res.
46 CBH MPS 79/2018); **6.** Apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a atualização do Preço
47 Público Unitário – PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Região Hidrográfica VII
48 – Comitê Rio Dois Rios (Ref. Res. CBH R2R nº 57/2018); **7.** Minuta de Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a
49 atualização do Preço Público Unitário – PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

50 Região Hidrográfica IX – Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (*Ref. Res. CBH BPSI nº 29/2018*); **8.**
51 Apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ que altera a ficha de projetos a ser adotada pelos comitês de
52 bacias hidrográficas, anexo da resolução CERHI-RJ nº 102/2012; **9.** Apreciação da minuta de Resolução CERHI-
53 RJ que aprova o Plano de Aplicação Plurianual, para os anos de 2018 a 2022, dos recursos financeiros
54 constantes no FUNDRHI da subconta do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Dois Rios (*Ref. Res. CERHI-RJ*
55 *188/2017*); **10.** Criação do GT FUNDRHI; **11.** Calendários CERHI-RJ: 2018 e 2019; **12.** Hora técnica: Planos de
56 Bacia na prática: uma análise do planejamento de recursos hídricos no Estado do Rio de Janeiro (Samuel
57 Muylaert – SEA/INEA); **13.** Informes: GTs, CTs, FFCBH e FNCBH; **14.** Assuntos Gerais. **1º item: Apreciação da**
58 **pauta.** A presidente do Conselho iniciou este item e informou que existiam 2 (dois) pedidos de inclusão de
59 pauta. A Srta. Livia explicou que um deles era a minuta de Resolução complementar a Resolução CERHI-RJ nº
60 197 que veio a pedido do setor de usuários após reunião das Câmaras Técnicas do CERHI-RJ sobre a
61 discussão do aumento de PPU dos Comitês, onde foi pedido que nesta Resolução complementar explicasse
62 que no primeiro ano de aplicação do termo de vigência do valor de PPU não se aplicaria o IPCA. A Presidente
63 do CERHI-RJ colocou em votação e 15 (quinze) membros do Conselho votaram a favor da inclusão de pauta, 9
64 (nove) membros votaram contra e 1 (um) membro se absteve. Em seguida, o Sr. Affonso questionou o
65 pedido de inclusão de pauta porque o CBH Macaé decidiu que deveria valer a Resolução CERHI-RJ nº 197
66 automaticamente e, também, porque entende a homologação desta minuta de Resolução basicamente
67 anula a Resolução CERHI-RJ nº 197. O Sr. Vinicius comentou que foi contra a inclusão de pauta, mas como o
68 plenário votou a favor da inclusão, pediu para adiantar o assunto para a próxima reunião plenária, tendo em
69 vista que teve um problema familiar e teria que se ausentar, e pediu vistas desse assunto. Em seguida a
70 presidente do CERHI-RJ informou que o pedido de vistas foi aceito e passou para o segundo pedido de
71 inclusão de pauta, o qual a Srta. Livia Soalheiro realizou a apresentação. Informou que o CBH Piabanha
72 aprovou o seu novo valor de PPU após o envio da convocação para a plenária do CERHI-RJ, então o Comitê
73 pediu que este item fosse incluído devido à urgência. A Sra. Maria Aparecida colocou em votação e ficou da
74 seguinte forma: 20 (vinte) votos a favor da inclusão de pauta, 1 (um) voto contra e 2 (duas) abstenções. As
75 inserções de pauta foram então aprovadas por unanimidade e a nova pauta ficou desta maneira: **1.**
76 Apreciação da pauta; **2.** Apreciação das minutas das atas: 27ª R.E. CERHI-RJ e 82ª R.O. CERHI-RJ, de
77 15/08/2018; **3.** Apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre critérios de distribuição dos
78 recursos da compensação financeira pelo uso da água para geração de energia elétrica para os contratos de
79 gestão com Entidades Delegatárias de funções de agência de água para o ano de 2019; **4.** Inserção de pauta;
80 **5.** Inserção de Pauta; **6.** Apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ, que dispõe sobre a atualização do
81 Preço Público Unitário – PPU da metodologia de cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Região
82 Hidrográfica VIII – Comitê Macaé e das Ostras (*Ref. Res. CBH MACAÉ nº 84/2018*); **7.** Apreciação da minuta
83 de Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário – PPU da metodologia da
84 cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Região Hidrográfica III - Comitê Médio Paraíba do Sul (*Ref. Res.*
85 *CBH MPS 79/2018*); **8.** Apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a atualização do Preço
86 Público Unitário – PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Região Hidrográfica VII
87 – Comitê Rio Dois Rios (*Ref. Res. CBH R2R nº 57/2018*); **9.** Minuta de Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a
88 atualização do Preço Público Unitário – PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na
89 Região Hidrográfica IX – Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (*Ref. Res. CBH BPSI nº 29/2018*); **10.**
90 Apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ que altera a ficha de projetos a ser adotada pelos comitês de
91 bacias hidrográficas, anexo da resolução CERHI-RJ Nº 102/2012; **11.** Apreciação da minuta de Resolução
92 CERHI-RJ que aprova o Plano de Aplicação Plurianual, para os anos de 2018 a 2022, dos recursos financeiros
93 constantes no FUNDRHI da subconta do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Dois Rios (*Ref. Res. CERHI-RJ*
94 *188/2017*); **12.** Criação do GT FUNDRHI; **13.** Calendários CERHI-RJ: 2018 e 2019; **14.** Hora técnica: Planos de
95 Bacia na prática: uma análise do planejamento de recursos hídricos no Estado do Rio de Janeiro (Samuel
96 Muylaert – SEA/INEA); **15.** Informes: GTs, CTs, FFCBH e FNCBH; **16.** Assuntos Gerais. **2º item: Apreciação das**
97 **minutas das atas: 27ª R.E. CERHI-RJ e 82ª R.O. CERHI-RJ, de 15/08/2018.** Algumas contribuições foram
98 recebidas, conforme a seguir: Sra. Vera Teixeira (minuta Ata da 27ª R.E. CERHI-RJ), Sra. Flávia Lanari (minutas



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

99 Atas da 27ª R.E. CERHI-RJ e 82ª R.O. CERHI-RJ) e a Srta. Mayná Morais enviou por e-mail um complemento de
100 sua fala na linha 87 da minuta da Ata 82ª R.O. CERHI-RJ, realizado com sucesso. Em seguida as minutas das
101 atas foram aprovadas por unanimidade. **3º item: Apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ que dispõe**
102 **sobre critérios de distribuição dos recursos da compensação financeira pelo uso da água para geração de**
103 **energia elétrica para os contratos de gestão com Entidades Delegatárias de funções de agência de água**
104 **para o ano de 2019.** A Sra. Maria Aparecida iniciou este item e passou para a Srta. Livia Soalheiro apresentar.
105 A representante da SEA informou que no ano de 2017 foi realizada uma Oficina de Sustentabilidade e nesse
106 encontro ficou definida a distribuição de recursos da compensação financeira para o ano de 2018, ficando
107 pendente a necessidade de fazer uma nova cobrança para definir a distribuição dos recursos da
108 compensação financeira para o ano de 2019. Essa conversa se iniciou no FFCBH, onde foram realizadas
109 algumas reuniões por este Fórum, e posteriormente a diretoria do CERHI-RJ se reuniu com os coordenadores
110 das Câmaras Técnicas e de Grupos de Trabalho, bem como com representantes dos Comitês de bacia e
111 Entidades Delegatárias para tentar chegar num consenso sobre a distribuição desse recurso, de modo que se
112 utilizasse o mínimo possível do saldo existente na conta da compensação financeira, mas que também não
113 prejudicasse o contrato de gestão vigente. Em seguida a Srta. Livia informou que no dia 09/10/2018 houve
114 uma reunião aonde se chegou à conclusão de alguns valores. Explicou que assim como no ano de 2017, o
115 CBH Guandu ficou excluído dessa divisão por ser considerado um Comitê que não tem baixa arrecadação.
116 Dando continuidade, leu a minuta de resolução e apresentou os valores a serem aprovados. A presidente do
117 CERHI-RJ comunicou que este item estava em discussão. O Sr. Affonso Albuquerque comentou que este
118 assunto foi discutido no FFCBH e os R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) da compensação financeira do setor
119 elétrico, que estava no FNCBH, foi aprovado para que passasse para o FFCBH e para a AGEVAP, com o intuito
120 de administrar o novo site do CERHI-RJ, além do café das reuniões deste Conselho, e que então o FNCBH
121 abriu mão desse valor para o FFCBH. A Sra. Maria Aparecida sugeriu que esse assunto voltasse a ser discutido
122 nas Câmaras Técnicas do Conselho e falou que a sugestão que recebeu foi de que não discutisse esse assunto
123 sem ter uma reunião com INEA antes, pois isso tem que ser feito em paralelo. Complementou que essa não é
124 uma questão fácil, uma vez que é preciso analisar e discutir bastante, pois todos os estados fazem isso e que
125 tem uma Resolução do CNRH que regulamenta essa questão. Informou que o valor foi repassado para o
126 FFCBH, mas que não foi contestado na plenária do CERHI-RJ e que gostaria primeiro de levar essa discussão
127 para as Câmaras Técnicas deste Conselho. Explicou que quer viabilizar isso internamente dentro do órgão
128 gestor e que já está na hora de se elaborar uma Resolução que se possibilite esta prática. A Srta. Vera
129 Teixeira sugeriu que esse assunto fosse discutido no FFCBH e que depois fosse traçado um plano de trabalho
130 junto à secretaria executiva. A Sra. Maria Aparecida Vargas confirmou e esclareceu que esta proposta deve
131 ser enviada formalmente ao CERHI-RJ por um representante do FFCBH, pois existem vários membros no
132 plenário que não são membros do FFCBH. Ressaltou que é preciso discutir com todos os envolvidos
133 diretamente, mas que não dei para ser nessa reunião porque iria atrapalhar a reunião. Sugeriu que os
134 membros votassem sobre este item e esse assunto fosse direto para as Câmaras Técnicas. O Sr. João Siqueira
135 falou que, embora tenha sido bem apresentada, a Resolução ainda não está nos moldes que os Comitês
136 esperavam e que após diversas reuniões com toda a equipe do INEA/SEA, ainda não foram totalmente
137 definidos o destino final de todo o limite de custeio, CFURH e recursos financeiros, neste momento solicitou
138 que se reiniciasse em janeiro de 2019 essa discussão sobre recursos financeiros. Então o FFCBH solicitou ao
139 INEA, órgão gestor, que comece lentamente a discussão sobre a destinação do recurso financeiro e pediu
140 auxílio do CERHI-RJ, pois o FFCBH não pode decidir sozinho. O Sr. José Paulo Azevedo falou que os
141 comentários foram bem pertinentes, mas ressaltou que essa Resolução é para o ano de 2019. Por fim, a Sra.
142 Maria Aparecida Vargas colocou este item em votação e o mesmo foi aprovado por unanimidade. **4º item:**
143 **Inserção de pauta: Apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ, que complementa a Resolução CERHI-RJ**
144 **nº 197, de 15 de agosto de 2018.** A Presidente do CERHI-RJ iniciou este item e lembrou que o Sr. Vinicius
145 Crespo, representante da Fecomercio, fez um pedido de vista deste assunto e o mesmo ficou para ser
146 discutido na próxima reunião do CERHI-RJ. **5º item: Inserção de pauta: Apreciação da minuta de Resolução**
147 **CERHI-RJ, que dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário – PPU da metodologia de cobrança**



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

148 **pelo uso dos recursos hídricos na Região Hidrográfica IV – Comitê Piabanha (Ref. Res. CBH Piabanha nº**
149 **48/2018).** A presidente do CERHI-RJ iniciou este item. A Srta. Mayná Moraes registrou que não é contrária a
150 cobrança e sim a forma e o momento em que os aumentos estão ocorrendo. Informou que sua preocupação
151 é com o usuário final, que será onerado de forma cumulativa pelos aumentos em um momento em que se
152 vive uma crise e que a população já está economicamente fragilizada. O Sr. José Paulo comentou que foi feita
153 uma atualização na recomposição inflacionária também com um aumento. Falou, ainda, que a CEDAE está
154 sempre preocupada com o usuário final, registrou o repasse de R\$ 0,04 (quatro centavos) para R\$ 0,05 (cinco
155 centavos), mas que é importante saber que todos os Comitês seguem a mesma lógica e que o CBH Guandu
156 apresentou a fundamentação correta com o critério de cobrança atualizado. O Sr. Friedrich Wilhelm Herms
157 expos que tinha uma preocupação muito grande, mas que concordava que havia necessidade dessa
158 recomposição de valor, e que a Resolução que estava chegando ao CERHI-RJ não tem nenhum embasamento
159 sobre que estudo foi feito ou que aspectos os técnicos chegaram para definir o valor. Comentou que apesar
160 de saber que o Conselho apenas homologa as Resoluções, não se sentia confortável em receber uma
161 Resolução do Comitê onde cada um estipula o seu valor e que não foi repassado nenhuma ata de reunião
162 apontando o registro desses valores aprovados, recebendo apenas a Resolução na plenária para
163 apresentação. Falou que o Conselho tem a Resolução CERHI-RJ nº 197, que estabelece que a correção se dê
164 com a inflação do IPCA nos últimos 12 (doze) meses e que os Comitês estão demorando mais de 12 (doze)
165 meses para fazer essa aplicação de valor, e que não sabe até que ponto juridicamente isso é válido nesse
166 sentido. O Sr. José Paulo comentou que compete aos Comitês estipular os valores da cobrança e o CERHI-RJ
167 homologar, e que em relação à Resolução CERHI-RJ nº 197, a lógica é o CERHI-RJ evitar uma perda de tempo
168 enorme dos Comitês, no sentido de irem ao Conselho para simplesmente discutir uma recomposição. Dando
169 continuidade a reunião, a Srta. Vera Teixeira sugeriu que colocasse os itens 6, 7, 8 e 9 para aprovação em
170 bloco, pois tinha uma apresentação sobre este assunto que servia para os 4 (quatro) itens. O Sr. Lícius de Sá
171 Freire falou que nas Câmaras Técnicas essa questão do PPU foi bastante discutida e inclusive a esta mesma
172 apresentação que será feita hoje, elaborada pelo Sr. André Bohrer, foi apresentada na Plenária do CBH R2R e
173 nas CTs do CERHI-RJ. Complementando, o Sr. André Bohrer informou que nesta apresentação foi
174 contextualizada a questão da redução do CFURH levada para Câmara Federal, onde houve uma alteração na
175 proporção dos repasses previstos para os Estados oriundos da atividade de geração de hidroeletricidade.
176 Expos, ainda, que este recurso denominado pela sigla CFURH é a fonte de receita da subconta do FUNDRHI
177 denominada de compensação do setor elétrico e que esta subconta, que por sua vez é a principal fonte de
178 recursos para a manutenção dos Contratos de Gestão de todos os Comitês do Estado do Rio de Janeiro, e
179 que o objetivo dessa apresentação era mostrar a estimativa de arrecadação do CBH R2R, onde o setor de
180 saneamento é o que mais se arrecada. E que diante do cenário de redução do CFURH, que é uma importante
181 fonte de recursos para custear os contratos de gestão, ocorreu um estudo de Sustentabilidade do Sistema
182 Estadual de Recursos Hídricos e dos impactos que essa decisão iria ocasionar. Informou que diante deste
183 cenário, a diretoria do Comitê R2R se reuniu e começou a pensar, baseado nessas informações, no que fazer
184 para garantir o funcionamento do Comitê, e o ponto principal foi de que era necessário assumir o seu papel
185 de valorizar da água. Então, foi estipulado um programa de valorização da água com os seguintes eixos
186 temáticos: Valorização Progressiva do Preço Público Unitário – PPU, Ampliação da base cadastral de
187 cobrança e outorga, Aperfeiçoamento da metodologia de cobrança, Implantar a cobrança das Pequenas
188 Centrais Hidroelétricas – PCHs, e Atuar mais intensamente na sensibilização sobre o valor “lato sensu” da
189 água e Criação de um GT para trabalhar em avanços institucionais para valorização do sistema de gestão de
190 recursos hídricos. Apresentou, ainda, quais seriam os valores para superar os desafios financeiros e os itens
191 que levaram a chegar aos valores apresentados pelo Comitê para a recomposição do PPU. Diante das três
192 propostas apresentadas para o aumento do PPU, a mais adequada à estimativa que atenderia o “déficit”
193 teria R\$300.000,00 (trezentos mil reais) de recursos para investimento em projetos e continuaria
194 dependente do saldo do CFURH, então foi encaminhada para o plenário a proposta de valor de R\$ 0,08 (oito
195 centavos) para os setores de saneamento, indústria e agricultura. Em seguida, a Srta. Vera Teixeira comentou
196 que o André Bohrer fez uma excelente apresentação e explicou que elaboraram apresentações separadas



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

197 por conta do valor e não pelo processo. Explicou que o processo de reajuste foi realmente em função dessa
198 diminuição do CFURH e que iria apresentar sobre os CBHs MPS, Piabanha e o BPS, pois tinham as mesmas
199 características, já o CBH Macaé seria apresentado pela Srta. Amabile Ferreira. Informou que são 10 (dez)
200 anos da cobrança e que o André Bohrer já apresentou sobre a perda de valor da água. Em seguida
201 apresentou a correção do PPU pelos índices de inflação e as considerações da inserção de parâmetros de
202 qualidade da DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio). Explanou sobre a parte do mecanismo, que existe um
203 grupo no CEIVAP que já estão realizando esses estudos e que existe um plano de bacia do CEIVAP que está
204 sendo revisado, e que os Comitês irão receber esse plano em meados do ano de 2019. Informou que foi
205 acrescentada apenas a maior parte da mineração de todas essas áreas em saneamento e que quando o valor
206 foi ajustado para R\$ 0,04 (quatro centavos) ficou faltando 0,25% (vinte e cinco por cento) e o que foi
207 ajustado no momento foi justamente essa correção de 0,25% (vinte e cinco por cento), sendo utilizado esse
208 período de 1 (um) ano dessa correção, pois o aumento de R\$ 0,02 (dois centavos) para R\$ 0,05 (cinco
209 centavos) seria muito grande. Esclareceu que os ajustes foram no setor de saneamento, indústria e outros no
210 valor de R\$ 0,04 (quatro centavos). E, ainda, que já existe grupo de estudo para o plano que vai ser utilizado,
211 mas que seguem aguardando o plano. Por fim, disse que o CBH Macaé foi o único CBH que padronizou o
212 valor de R\$ 0,05 (cinco centavos) para todo o setor de usuários. A representante do CBH Macaé informou
213 que o índice foi calculado do período do mês de janeiro do ano de 2015 até setembro de 2017, e que o CBH
214 Macaé colocou o mesmo valor para todos os setores de usuários como uma forma educativa. O Sr. Affonso
215 Albuquerque informou que todo esse processo foi discutido no grupo de trabalho de cobrança e no fórum de
216 usuários do CBH Macaé e em seguida foi encaminhado para Câmara Técnica e Plenária. O Sr. Friedrich
217 Wilhelm Herms falou que o que chamou sua atenção foi que todas as correções são para o mês de setembro
218 de 2017, ou seja, a Resolução CERHI-RJ nº 197 não está sendo considerada pelos Comitês e isso pode gerar
219 confusão futuramente, pois não será feita a correção vigente na Resolução CERHI-RJ nº 197 porque os
220 Comitês estão propondo um novo valor de PPU e colocaram o valor do IPCA do mês de outubro de 2017 ao
221 mês de setembro de 2018. E considera isso errado, pois está faltando o último ano de correção do IPCA.
222 Dando continuidade, comentou que toda a justificativa que foi apresentada para a diretoria do CERHI-RJ é de
223 que não seria aplicada a correção da Resolução CERHI-RJ nº 197 no ano de 2017, pois os Comitês estariam
224 realizando a atualização dos seus valores já incluindo a correção do IPCA, e na realidade não estão. Desse
225 modo será aprovado o valor de PPU corrigido até setembro de 2017 e não estaria sendo aplicada a Resolução
226 CERHI-RJ nº 197. O Sr. Friedrich Wilhelm Herms explicou que a Resolução CERHI-RJ nº 197 não se aplica
227 automaticamente, pois o CERHI-RJ não tem a competência de estabelecer o valor de PPU e sim de ditar uma
228 regra geral de como atuar a correção, bem como homologar. A presidente do Conselho colocou para votação
229 em bloco os itens 5, 6, 7, 8 e 9. A maior parte dos membros presentes votou a favor e apenas 4 (quatro)
230 membros se abstiveram do voto. Este item foi então aprovado, e simultaneamente as minutas de Resolução
231 CERHI-RJ que tratam do mesmo assunto, constantes nos itens 6, 7, 8, e 9, também. **6º item: Apreciação**
232 **da minuta de Resolução CERHI-RJ, que dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário – PPU da**
233 **metodologia de cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Região Hidrográfica VIII – Comitê Macaé e das**
234 **Ostras (Ref. Res. CBH MACAÉ nº 84/2018).** Esta minuta de Resolução foi apresentada e aprovada no item 5.
235 **7º item: Apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a atualização do Preço Público**
236 **Unitário – PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Região Hidrográfica III -**
237 **Comitê Médio Paraíba do Sul (Ref. Res. CBH MPS 79/2018).** Esta minuta de Resolução foi apresentada e
238 aprovada no item 5. **8º item: Apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a atualização**
239 **do Preço Público Unitário – PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Região**
240 **Hidrográfica VII – Comitê Rio Dois Rios (Ref. Res. CBH R2R nº 57/2018).** Esta minuta de Resolução foi
241 apresentada e aprovada no item 5. **9º item: Minuta de Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a atualização**
242 **do Preço Público Unitário – PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Região**
243 **Hidrográfica IX – Comitê Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (Ref. Res. CBH BPSI nº 29/2018).** Esta minuta de
244 Resolução foi apresentada e aprovada no item 5. **10º item: Apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ**
245 **que altera a ficha de projetos a ser adotada pelos comitês de bacias hidrográficas, anexo da Resolução**



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

246 **CERHI-RJ nº 102/2012.** A Sra. Maria Aparecida Vargas iniciou este item e a Srta. Livia Soalheiro realizou a
247 apresentação do mesmo. Iniciou informando que o CERHI-RJ tem uma Resolução do ano de 2012 e que trata
248 da ficha de projetos a ser preenchida pelos CBHs. Explicou que antigamente os Comitês não faziam os seus
249 planos de aplicação plurianual e com isso traziam para o Conselho suas ações avulsas. A Câmara Técnica de
250 Instrumentos de Gestão (CTIG) em 2012, pensou em regulamentar essa questão para poder ter alguns
251 elementos básicos para a tomada de decisão no CERHI-RJ. Então se criou uma ficha de projetos, que foi
252 analisada e recebeu contribuições pelo INEA e passou a ser exigida dos Comitês, bem como das Entidades
253 Delegatárias, pois a Entidade Delegatária também solicita repasse de recursos ao INEA. A representante da
254 SEA informou, ainda, que o CBH BG é o único Comitê que até o presente momento não tem PAP (Plano de
255 Aplicação Plurianual) aprovado e quando foi apresentar um projeto percebeu que essa ficha de projetos
256 estava inadequada e precisava ser atualizada, com isso elaborou uma proposta e encaminhou ao INEA. A
257 ficha de projetos passou pela CTIG e pela CTIL, tendo parecer favorável. A Srta. Livia explicou que essa
258 minuta de Resolução CERHI-RJ não altera basicamente o texto da Resolução CERHI-RJ nº 102, somente seu
259 anexo. Em seguida apresentou a nova ficha de projetos e as informações que são solicitadas no formulário e
260 explicou que essas informações que serão trazidas ao Conselho serão mais completas. Os membros
261 presentes realizaram algumas contribuições para a redação da minuta de Resolução CERHI-RJ que altera a
262 ficha de projetos. O Sr. Marcos Lacerda comentou que o que chamou a atenção dele na ficha de projetos foi
263 o resumo PDR e que a princípio não se tem nada muito claro no que se deve conter no resumo PDR, e que
264 isso não parecia ser uma Resolução CERHI-RJ e sim uma Resolução INEA. A Srta. Livia Soalheiro informou que
265 esta questão está sendo revista internamente e que a ideia é facilitar o que já se tem atualmente. Em
266 seguida a presidente do Conselho pôs este item em votação e o mesmo foi aprovado por unanimidade. **11º**
267 **item: Apreciação da minuta de Resolução CERHI-RJ que aprova o Plano de Aplicação Plurianual, para os**
268 **anos de 2018 a 2022, dos recursos financeiros constantes no FUNDRHI da subconta do Comitê de Bacia**
269 **Hidrográfica do Rio Dois Rios (Ref. Res. CERHI-RJ 188/2017).** A Sra. Maria Aparecida Vargas iniciou este item
270 e passou a palavra para a Srta. Livia Soalheiro, que informou que a equipe da SEA percebeu um equívoco na
271 Resolução anterior que aprova o PAP do CBH R2R. Explicou que quando foi aprovado o valor de 50%
272 (cinquenta por cento) todos os Comitês reajustaram seus PAPs porque teve uma nova arrecadação onde os
273 CBHs precisavam se adequar para aquele novo valor, porém todos os Comitês estavam com seus PAPs sendo
274 iniciados com o período de vigência grande. No caso do CBH R2R, o PAP do ano de 2017 ainda estava
275 terminando, então o Comitê fez um novo PAP, e não um PAP complementar, diferente dos outros CBHs que
276 fizeram sim um PAP complementar. No momento de aprovação no CERHI-RJ, os membros não observaram
277 que era um novo PAP e foi aprovado como um PAP complementar, sendo assim os membros aprovaram o
278 recurso novo e não o recurso antigo. Nesse sentido, está sendo apresentada a proposta de alteração da
279 Resolução CERHI-RJ que aprova o PAP do CBH R2R. A Srta. Livia Soalheiro apresentou a minuta de Resolução
280 em questão e a Sra. Maria Aparecida Vargas colocou este item em votação, sendo em seguida aprovado por
281 unanimidade. **12º item: Criação do GT FUNDRHI.** A Sra. Maria Aparecida Vargas informou que a criação
282 deste grupo de trabalho foi um pedido da Procuradoria Geral do Estado, que veio através do Ofício PGE nº
283 256, de 17/09/2018 (ref. ao Processo Administrativo nº E-14 001.004297/2017). A Srta. Livia Soalheiro
284 explicou que o pedido de criação do grupo de trabalho obedece às regras do Conselho e considera o TAC
285 (Termo de Ajustamento e Conduta) que foi assinado para que os recursos do FUNDRHI retornassem ao INEA.
286 O objeto desse novo TAC é devolver esses recursos preferencialmente aos Comitês de Bacias Hidrográficas.
287 Inicialmente esse grupo de trabalho terá a duração de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por mais 1 (um)
288 ano. A composição desse GT atende ao que está determinado no termo aditivo. A Srta. Livia leu o pedido de
289 criação do GT e após algumas explicações sobre as entidades que irão compor as vagas, ficou determinado
290 que as reuniões do GT serão realizadas mensalmente. O Sr. José Paulo Azevedo questionou em quantas
291 parcelas serão feitos esses repasses, e o Sr. José Alexandre Maximino explicou algumas diretrizes e termos
292 dos repasses. A Sra. Maria Aparecida Vargas informou que esta reunião é apenas para a formalização e
293 criação do mencionado grupo e que depois de criado que será explicada a forma como o mesmo atuará. Os
294 membros presentes se manifestaram e realizaram sugestões com relação à composição das vagas, bem



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

295 como de alguns pontos referentes a atuação deste grupo. O Sr. José Alexandre Maximino sanou todos os
296 questionamentos, e em seguida os membros indicaram de forma oficial as entidades representantes nos
297 seus determinados setores. Para o Setor da Sociedade Civil foram indicadas: ABAS, COPPE/UFRJ, UENF,
298 ECOCIDADE e UERJ, sendo todas como titular; Para o Setor de Usuários: CEDAE (titular) e PROLAGOS
299 (Suplente), FIRJAN, ASFLUCAM e ABRAGEL (Titular), ELETROBRÁS (Suplente), ÁGUAS DO BRASIL (Suplente) e
300 FECOMÉRCIO (Titular); Para o Setor do Poder Público: INEA (Titular) e INEA (Suplente), PGE (Titular) e PGE
301 (Suplente), GAEMA/MPRJ (Titular) e CAOMA/MPRJ (Suplente), SEFAZ (Titular) e SEFAZ (Suplente) e Prefeitura
302 Municipal de Cachoeira de Macacu (Titular) e Prefeitura Municipal de Volta Redonda (Suplente); e para o
303 Setor de Comitês de Bacias Hidrográficas foram indicados como entidades titulares os CBHs Guandu, BG,
304 MPS, LSJ e a Delegatária AGEVAP, e como entidades suplentes os CBHs R2R, BIG, PIABANHA, Macaé e a
305 Delegatária CILSJ. Finalizada as indicações, a presidente do Conselho informou que a secretaria executiva do
306 Conselho iria enviar um *e-mail* e dar o prazo de até o dia 29/10/2018 para receber as manifestações das
307 entidades indicadas durante a reunião e suas indicações para representantes, bem como as que não foram
308 indicadas para comporem o GT na presente data, mas que desejam participar. O promotor José Alexandre
309 Maximino (MPRJ - GAEMA) e o procurador João Marcelo Gaio Souza (PGE/RJ), agradeceram a aprovação do
310 pedido e a participação na Plenária. **13º item: Calendários CERHI-RJ: 2018 e 2019.** Com relação ao calendário
311 de 2018, a Srta. Livia Soalheiro informou que a última reunião do CERHI-RJ deste ano estava pautada para o
312 dia 12/12/2018 e que várias outras reuniões estavam previstas para esta mesma data, por este motivo a
313 secretaria executiva do CERHI-RJ preferiu consultar os membros presentes para alterar a data da reunião
314 para outro dia. Os membros sugeriram adiantar a reunião para o dia 11/12/2018, terça-feira. E referente à
315 sugestão de calendário para o próximo ano, 2019, a Srta. Vera Teixeira propôs alteração na data da 87ª R.O.
316 CERHI-RJ, que foi sugerida para 20/06/2019, mas tendo em vista que no dia 20 será feriado, propôs trocar
317 para o dia 26/06/2019. Em seguida, as alterações nos calendários de 2018 e 2019 foram aprovadas e
318 devidamente atualizadas. Em breve o calendário de 2019 será publicado no Portal INEA, como de hábito,
319 bem como o calendário de 2018 atualizado. **14º item: Hora técnica: Planos de Bacia na prática: uma análise**
320 **do planejamento de recursos hídricos no Estado do Rio de Janeiro (Samuel Muylaert – SEA/INEA).** Este
321 item ficou para ser apresentado em uma próxima plenária, ainda a combinar, devido ao adiantado da hora.
322 **15º item: Informes de GTs, CTs, FFCBH e FNCBH. 1)** A Srta. Vera Teixeira informou que o FFCBH tem
323 realizado reuniões para ficarem alinhados com o Conselho Estadual sobre a sustentabilidade na margem do
324 sistema. Informou que esta sendo feito um planejamento e a ideia é que o fórum seja mantido nas
325 discussões das propostas de trazerem os recursos do FNCBH para o FFCBH, como abrigar site deste Conselho
326 no FFCBH e outras questões. Comunicou que a próxima reunião está marcada para o dia 13/11/2018; e **2)**
327 Srta. Vera Teixeira informou que a reunião do FNCBH vai ocorrer entre os dias de 21 a 25 de outubro de
328 2018, em Foz do Iguaçu, e a primeira reunião deste ano para a avaliação deste fórum vai ocorrer nos dias 4 e
329 5 de dezembro de 2018, em Curitiba. **16º item: Assuntos Gerais.** A Coordenadora da COAGUA, Sra. Moema
330 Acselrad, fez um informe à plenária em atendimento ao disposto na Resolução CERHI-RJ nº 197, de 15 de
331 agosto de 2018. A mencionada Resolução atribui à SEA e ao Inea duas ações com prazo definido: 1) verificar
332 e dar publicidade ao IPCA/IBGE dos últimos 12 meses apurado em setembro, até 15 dias após a sua
333 publicação; e 2) dar publicidade aos preços públicos unitários que terão vigência no exercício seguinte no
334 prazo de 15 dias após a publicação referida. Em seguida apresentou o índice apurado de 4,53% e informou
335 que este seria aplicado ao PPU dos Comitês que não efetuassem alteração aos preços no ano de 2019.
336 Comentou que até o momento os CBHs Macaé, Médio Paraíba do Sul, Baixo Paraíba do Sul, Piabanha e Rio
337 Dois Rios aprovaram novos PPUs a vigorar a partir de 2019, com referendo do CERHI-RJ na presente data.
338 Completou informando que o CBH BIG encontra-se em processo de discussão do PPU, e caso decida por
339 alterá-lo, ainda poderá inserir na pauta do CERHI-RJ de dezembro para homologação. Nesse caso, o índice
340 apurado incidirá sobre os PPUs dos Comitês: Guandu, Baía de Guanabara e LSJ. Os valores vigentes passariam
341 aos seguintes valores, considerando 4 (quatro) casas decimais: a) setor de saneamento, indústria e outros:
342 R\$0,0418/m³; b) setor de agropecuária: R\$0,0010/m³; e c) setor de aquicultura: R\$0,0008/m³. Ressaltou
343 que para os Comitês Guandu e Baía de Guanabara os valores foram unificados para todos os setores,



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

344 vigorando o valor de R\$0,0418/m³ em 2019. Por fim, informou que devido à opção por 4 (quatro) casas
345 decimais, eventuais arredondamentos serão considerados para o ano posterior, 2020, e assim por diante.
346 **Encaminhamentos:** **1)** A Sra. Maria Aparecida sugeriu que o assunto sobre o repasse de alguns dos recursos
347 do FNCBH para o FFCBH fosse primeiro encaminhado e amplamente discutido no âmbito das Câmaras
348 Técnicas do CERHI-RJ e posteriormente em plenária do Conselho; **2)** O Sr. José Paulo pediu que todos os
349 membros do CERHI-RJ que fazem parte de Câmaras Técnicas no CNRH façam um relato sobre as reuniões e
350 tragam para o conhecimento dos membros do Conselho Estadual do Rio de Janeiro; **3)** A Sra. Maria
351 Aparecida Vargas comunicou que pediu para a Srta. Livia Soalheiro que fizesse um levantamento de todas as
352 Resoluções do CNRH e que separasse por assunto, para que cada grupo pudesse posteriormente ser
353 encaminhado à devida Câmara Técnica para análise e possível adaptação no CERHI-RJ. A relação foi
354 apresentada aos membros e a presidente do Conselho pediu que cada coordenador de Câmara Técnica do
355 Conselho Estadual fizesse uma análise das Resoluções do CNRH, para saber se cabe ou não no âmbito do
356 Estado elaborar uma Resolução nos moldes do Conselho Nacional. Após este levantamento, pediu que fosse
357 feita uma apresentação de uma proposta de cronograma para apresentarem na Plenária do CERHI-RJ. Este
358 encaminhamento deverá ser item de pauta para a próxima reunião. E não havendo mais nada a tratar, a
359 Presidente do CERHI-RJ, Sra. Maria Aparecida Pimentel Vargas, agradeceu a presença de todos e declarou
360 encerrada a 83ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ, às 18h 01min.
361

362 **Original assinada**
Maria Aparecida Pimentel Vargas
Presidente CERHI-RJ

Original assinada
Friedrich Wilhelm Herms
Vice Presidente CERHI-RJ

Original assinada
Eliane P. Barbosa
Secretária Executiva CERHI-RJ